

João Gilberto pede urgência para Carta

PORTO ALEGRE — O suplente de Senador e Deputado federal em fim de mandato, João Gilberto Lucas Coelho (PMDB), alertou ontem que a Constituinte corre o risco de não cumprir sua missão se não tiver pronto um anteprojeto de Constituição no máximo em um ano de trabalho. Explicou que "o grande desafio da Constituinte é definir, com rapidez, que rumos o País pretender tomar, superando o atual processo de instabilidade".

João Gilberto insiste que o Brasil precisa ter consciência de que a Constituinte terá que "desatar alguns nós com urgência, pois do contrário não conseguirá concluir seus trabalhos". Advertiu que estas questões indefinidas tendem a se acumular como bola de neve, o que provocaria um agravamento da situação. Citou o fato de que ninguém mais investe no País, porque não se sabe qual será a política em termos de capital estrangeiro e que "os militares brasileiros também estão tensos, pois não sabem qual papel lhes caberá".

Gueiros será Constituinte por 45 dias

BELÉM — O Senador Hélio Gueiros, Governador eleito do Pará, viaja na próxima sexta-feira para Brasília para participar da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, da qual pretende tomar parte durante o mês de fevereiro e os primeiros quinze dias de março, quando assumirá o Governo do Estado.

— Se eu não fizer isso, vou ficar desempregado durante 45 dias — disse o Governador eleito.

Especula-se entretanto que a decisão de Hélio Gueiros de ser Constituinte é mais uma manobra do PMDB para evitar a posse imediata do seu suplente, João de Paiva Menezes.

Ontem o próprio Hélio confirmou que vai renunciar ao restante do seu mandato a 14 de março, só não sabendo se essa renúncia será formal.

— Ainda não me preocupei com isso, disse ele, acrescentando que até lá terá tempo de se posicionar melhor sobre o assunto: "A única coisa que sei é a data", finalizou.

Moreira Alves prepara discurso para instalação da Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Moreira Alves, passou o dia ontem trabalhando no discurso que fará durante a abertura da Assembléia Nacional Constituinte, no próximo domingo. Embora tenha preferido não adiantar o conteúdo ou do tema escolhido, o Ministro garantiu que a elaboração do discurso está dando muito trabalho, "como tudo que é bem feito".

A semana que antecede a abertura dos trabalhos da Constituinte tem sido bastante agitada para Moreira Alves. Logo ao retornar a Brasília, segunda-feira, ele manteve contatos com assessores encarregados de organizar a solenidade. E foi informado de todas as providências que estão sendo tomadas para a abertura dos trabalhos, principalmente do problema da falta do espaço, que vai apertar 559 Constituintes num local destinado a 449 parlamentares.

Também na segunda-feira, o Ministro esteve, juntamente com o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o Presidente do Senado, José Fragelli, no Palácio do Planalto para convidar formalmente o Presidente Sarney para



Moreira Alves

assistir a abertura da Constituinte. Hoje o Ministro passa a manhã em sua residência trabalhando no discurso e à tarde recebe jornalistas em seu gabinete, para uma entrevista.

Três novos livros integram, desde ontem, a biblioteca de consulta diária do Presidente do Supremo Tribunal Federal: os Regimentos Internos da Câmara e Senado e o

Ulysses propõe criação de quatro comissões e mais 10 subcomissões

BRASÍLIA — A criação de comissões e subcomissões da trabalho para abrigar todos os 559 Constituintes começa a tomar corpo no Congresso e foi tema central da conversa informal mantida na noite de terça-feira entre o Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves.

De acordo com o que foi tratado e que coincide com as aspirações dos diversos partidos políticos que participarão da Constituinte, além da Grande Comissão, a ser composta por 83 parlamentares, o Regimento deverá prever ainda a constituição de uma Comissão de Audiência, uma Comissão Técnica para cada uma das Casas (Câmara e Senado) e cerca de dez subcomissões temáticas.

Entre as idéias alinhavadas nas conversas entre Ulysses e Moreira Alves e que deverão servir de subsídio aos trabalhos da comissão suprapartidária para a elaboração do Regimento Interno da Constituinte, está ainda a formação de uma grande Comissão de Constituinte e Justiça para as duas Casas. Esta comissão receberá as matérias de legislação ordinária a serem examinadas paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

A Comissão de Audiência deverá reunir até 42 parlamentares e funcionará vinculada diretamente

aos diversos segmentos da sociedade, com a finalidade de ouvir as reivindicações de todos os setores que desejam influir na Constituinte. Esta é uma outra aspiração manifestada desde o início das discussões acerca do Regimento pelos pequenos partidos, principalmente o PDT, PT e PTB.

As sub-comissões temáticas, cujo número não deverá ser superior a dez, estudarão os diversos capítulos da Constituição e apresentarão propostas ou anteprojeto a serem submetidos à Grande Comissão. Posteriormente, o plenário da Constituinte votará a matéria. Estas comissões, de acordo com o pensamento do Deputado Ulysses Guimarães, um dos candidatos à Presidência da Constituinte, não terão poderes constitucionais.

Quando ao funcionamento dos trabalhos em plenário, a rotina não deverá ser muito alterada. Como ocorre no dia-a-dia das duas Casas do Congresso, o horário de trabalho da Constituinte em plenário deverá ser dividido entre o pequeno expediente, reservado para as rápidas comunicações; grande expediente, destinado aos discursos de 30 minutos e o horário das comunicações de liderança. O restante da sessão fica destinado então à votação das matérias em pauta.

Regimento Comum do Congresso Nacional. É que, além da Constituição, Moreira Alves terá que basear-se nesses textos para responder às questões de ordem levantadas na sessão de instalação da Assembléia.

Moreira Alves preocupa-se especialmente com a necessidade de combinar esses textos com o da Constituição para enfrentar os grupos parlamentares que discordam, por exemplo, do acúmulo dos cargos de Presidente da Câmara e da Constituinte pelo Deputado Ulysses Guimarães. Essa questão de ordem deverá ser levantada na sessão solene de eleição do Presidente da Constituinte, que seguirá a de sua instalação.

Segunda-feira à noite, Moreira Alves reuniu-se com Ulysses Guimarães, na casa do Deputado, para discutir este e outros temas como o Regimento Interno da própria Assembléia Constituinte. O primeiro resultado prático dessa conversa foi o comparecimento, ontem, ao Supremo Tribunal Federal, do Secretário-Geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, para levar a Moreira Alves os textos dos regimentos e subsidiá-lo em relação à condução dos trabalhos parla-

mentares na sessão de instalação.

Esse cuidado do Ministro Moreira Alves obedece também à convicção de que o fato de ser o Presidente da mais alta Corte de Justiça do País o deixará em situação delicada no debate com os parlamentares. Isto porque cada decisão sua terá peso duplo: o de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e do STF.

Acreditam parlamentares e assessores da Câmara que as decisões do Ministro serão interpretadas pela maioria como irrecorríveis, o que poderá servir para acirrar as discussões em plenário. Há uma questão de ordem, por exemplo, que tenta colocar em dúvida a natureza da Assembléia Nacional Constituinte: se exclusiva ou se resultante de um Congresso eleito também para este fim o que, de resto, foi exaustivamente debatido nas sessões que examinaram a emenda do Presidente José Sarney convocando-a.

Teme-se, neste caso, a repetição do clima tenso que prevaleceu na Comissão Mista durante o exame da emenda presidencial e que acabou por destituir o relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), favorável à convocação de uma Constituinte exclusiva.

Partidos definem propostas para elaboração do Regimento Interno

BRASÍLIA — As sugestões sobre o Regimento Interno da Constituinte vão se avolumando e, ao mesmo tempo, crescem as dúvidas sobre o funcionamento efetivo da assembleia. Nenhum partido quer deixar de participar da elaboração do Regimento, mas até agora seus representantes não formalizaram proposta. Todos querem primeiro conhecer as opiniões de suas bancadas, o que acontecerá até sábado, véspera da instalação da Constituinte.

O primeiro a formalizar uma proposta será o PDT, depois de uma reunião de sua bancada marcada para hoje. De acordo com o Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) a sugestão será levada ao conhecimento do Líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga, que ficou de apresentar o Regimento Interno elaborado pelo seu partido. Com isso, segundo Brandão, espera-se reunir alguns pontos de consenso.

Da mesma forma, o PDS, o PT e o PFL já estão terminando um anteprojeto de Regimento. Até mesmo o PDC já levou ao conhecimento do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, considerado o virtual Presidente da Constituinte, alguns pontos que gostaria que fossem respeitados, como a participação de todos os partidos na comissão que seria encarregada de apresentar um an-

teprojeto da Constituição.

Outro ponto de consenso no PDC é a criação de várias subcomissões, que estudariam a Constituição por capítulos. Desta forma, uma maior parte dos Constituintes poderia participar da elaboração do novo texto constitucional. Inicialmente, o PMDB queria delegar esta atribuição apenas para 83 parlamentares. No entanto, diante das críticas que recebeu de todos os partidos, inclusive de peemedebistas, voltou atrás.

O PDS irá propor que o relator de cada uma das subcomissões participe da grande comissão, que reuniria todas as propostas e as encaminharia ao plenário. Por sua vez, o PDT e o PT defendem a participação de entidades representativas da sociedade civil, mas apenas com direito a voz, nas reuniões das subcomissões.

O ponto mais polêmico, sobre o qual nenhum partido se definiu, diz respeito ao funcionamento da Câmara dos Deputados e Senado Federal durante os trabalhos da Constituinte. Alguns parlamentares, isoladamente, apresentam as suas opiniões, que não chegam a formar um todo homogêneo. O Deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, defende a criação de uma comissão que ficaria encarregada de legislar ordinariamente, substituindo o Congresso.